



JUSTINO, David (Coord.) (2024) *O Ensino em Portugal antes e depois do 25 de Abril*. Porto, Fundação Belmiro de Azevedo. 4Vol. ISBN: 978-989-53711-6-7

O jornal diário “PÚBLICO”, em parceria com a Fundação Belmiro de Azevedo, publicou, no âmbito das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, este estudo, em 4 volumes, sobre a história e a evolução do ensino em Portugal ao longo de 100 anos: 50 anos antes e 50 anos depois do marco histórico que foi o 25 de Abril de 1974. Pelos autores selecionados, pela capacidade de síntese dos indicadores mais relevantes da História da Educação em Portugal no período analisado, pelo acesso a múltiplos dados, nomeadamente estatísticos que estavam dispersos, e pela visão

prospetiva que o coordenador procurou emprestar à obra, passou a constituir uma fonte de consulta obrigatória para todos os estudiosos ou simples curiosos da “batalha da educação” protagonizada nos últimos 100 anos. Obra particularmente relevante até pela possibilidade de olharmos a forma como diferentes regimes (em particular o Estado Novo e o Regime Democrático pós 1974) “trataram” a educação, permitindo-nos também dar objetividade a análises apressadas e inconsistentes sobre a realidade educativa portuguesa.

A obra, no seu volume I, fica desde logo enriquecida com o Prefácio de António Nóvoa que em menos de 4 páginas nos fornece uma síntese das alterações mais importantes nas diferentes áreas até às propostas lançadas pelo último relatório da UNESCO em que colaborou (*Reimagining our futures together: A new social contract for education*. Paris, UNESCO, 2021) que, de forma prospetiva, aponta a “cooperação”, a “convergência”, a “colaboração” e a “convivialidade” como fazendo parte do novo quadro concetual necessário para “renovar o modelo escolar” (p.10), não apenas em Portugal, mas tomando este espaço geográfico como referência. David Justino, em “Contributos para uma história da educação do último século” aproveita a ideia da necessidade de renovação para explicar o sentido da obra e apresentar desde logo os autores e temas dos vários volumes, explicitando a sua abrangência temática e coerência/sequência dos conteúdos.

Teresa Rodrigues e Irene Tomé assinam o primeiro capítulo versando “Analfabetismo e

escolarização da população através dos censos, 1890-2021” (p. 29-51). Esclarecendo as definições conceituais mais usadas e as principais limitações metodológicas do trabalho fornecem sistematizações de enquadramento legal, quadros sobre as tendências longas, gráficos sobre as diferenças estatísticas por género, enfatizando as grandes mudanças que se verificaram a partir da década de 1950 aproximando-nos dos indicadores europeus. Uma síntese que, não apenas chama a atenção para a riqueza inesgotável dos dados fornecidos pelos Censos, como lança pistas comparativas a nível interno e externo que evidencia o grande salto que a segunda metade do século XX corporizou em termos de redução do analfabetismo e aumento da escolarização.

Maria Eugénia Mata e Nuno Valério, grandes especialistas na História Económica e das Finanças, lançam um olhar sobre “o financiamento da educação” (p. 53-63). Os gráficos que apresentam sobre as despesas com a educação ao nível da administração central e o seu peso em relação ao PIB, reitera e enfatiza o aumento significativo de verbas nesta área a partir de 1953. O gráfico 6 com a “estrutura das despesas por grau de ensino” (p.59) ajudam-nos também a perceber a ascensão de gastos no ensino secundário e mais tarde no superior à medida que a escolarização avança a partir de meados do século, com a décalage correspondente em função do número de estudantes disponíveis para acederem a graus superiores.

Susana Batista em “o desenvolvimento do sistema de ensino: centralismo e descentralização” (p. 65-81) trata um tema que percorre a nossa história, pelo menos desde a reforma de Rodrigues Sampaio no último quartel do século XIX. Quando, atualmente (2024) em Portugal tanto se discute a municipalização da educação e a descentralização de responsabilidades, é importante percebermos, no tempo longo as várias nuances e disputas que este tema foi merecendo no quadro da educação em Portugal, não deixando de assumir que “Portugal é um dos países da OCDE onde a educação é mais centralizada” (p.100) como nos refere a autora do estudo seguinte.

Isabel Flores, no último capítulo deste 1º volume, debruça-se sobre “os alunos portugueses nos testes internacionais” (p. 83-108) fornecendo-nos importantes dados comparativos com países europeus em função dos resultados, por exemplo, do PISA ou do programa TALIS. A identificação das dificuldades de aprendizagem nalgumas matérias num tempo mais longo, permite-nos distinguir o esporádico do constante, dando-nos indicadores para apostar no que realmente se torna importante, evitando tomar a nuvem por Juno e o imediatismo da notícia pela programação consequente e temporalmente mais distendida.

O volume II aposta tematicamente na “Escolarização e ensino primário”. Começa com um texto de Maria João Cardona sobre “a educação de infância” (p. 7-20) onde guarda um espaço generoso para a formação inicial destacando a grande diferença de tratamento desta questão

antes e depois de Abril. O período posterior a 1974 merece naturalmente destaque com evidências em gráficos que mostram o salto na “taxa de pré escolarização” e no “número de educadores de infância na educação pré-escolar”, apesar de tudo ainda insuficientes hoje (2024) quando as políticas educativas apontam para a generalização da oferta neste nível de educação.

O ensino primário” merece dois capítulos: um de David Justino debruçando-se sobre o período do Estado Novo (p. 21-44) e um outro de João Trocado da Mata intitulado “o ensino primário: da universalização ao confinamento” (p. 45-70). O primeiro enfatiza a redução da escolaridade, a distribuição de alunos pelas 4 classes, o modelo de escola, o financiamento, o número de estabelecimentos, a formação de professores, mas destacando também o alcance do Plano de Educação Popular (PEP) de 1952 e o alargamento da escolaridade para 6 anos na reta final desse período político. O segundo, começando exatamente no PEP, opta por destacar a “evolução do número de alunos matriculados no ensino primário e as taxas de escolarização entre 1950 e 1974” (Gráfico 2, p. 47) para depois evidenciar as dificuldades de remodelação da rede escolar deste grau de ensino, obrigando inclusivamente ao encerramento de escolas de pequena dimensão, quando os abaixamentos das taxas de natalidade trouxeram o envelhecimento da população e a desertificação de algumas regiões. Hoje, 2024, com a imigração crescente há localidades que estão a rejuvenescer e a exigir um aumento de espaços

escolares, tanto no pré-escolar como no 1º ciclo (antigo ensino primário).

O ciclo preparatório do ensino secundário instituído em 1967, mas já ensaiado desde a Reforma do Ensino Técnico de 1948, é objeto do estudo apresentado por Luis Miguel Carvalho – “O ciclo preparatório. Para uma história da fabricação do novo na educação escolar portuguesa” (p. 71-92). Destaca a filosofia subjacente a este nível de ensino, o seu crescimento a partir da disponibilidade de mais alunos que cumpriam a escolaridade de 4 anos, a partilha de rede/alcance com o ensino mediatizado fornecido através da Telescola (Tabela 2, p. 81-82) e as novidades de natureza administrativa e pedagógica que este nível exigiu.

Surge depois um capítulo importante “Da Educação Especial à Educação Inclusiva. 50 anos de história em democracia” (p. 93- 114) da autora Helena Mesquita do Instituto Politécnico de Castelo Branco onde esta temática tem merecido múltiplas investigações, projetos e sínteses bibliográficas. Evidenciando o salto que a aprovação de Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 permitiu concretizar, fornece depois dados sobre o grande crescimento do número de docentes destacados para apoio a este tipo de alunos e termina com a alteração da nomenclatura usada (educação inclusiva) na linha da concetualização internacional, em particular a partir da Declaração de Salamanca em 1994.

Paula Guimarães dedica o seu capítulo (p. 115-135) às “políticas de educação de adultos desde

1974: a valorização da lógica da otimização pessoal” destacando a grande aposta que constituiu o “Plano Nacional de Alfabetização e Educação Básica de Adultos” aprovado em 1979, com repercussões na evolução dos adultos matriculados no ensino supletivo e no ensino recorrente básico e secundário (gráfico 1, p. 122). Não deixa na parte final de referir ainda o programa “Novas Oportunidades” e os “Cursos EFA” que através de uma formação modular, mais adaptada a este tipo de alunos, permitiu que obtivessem o reconhecimento de níveis de escolaridade superiores e de acordo com padrões europeus.

O terceiro volume tem como objeto o ensino secundário. O primeiro capítulo, de Jorge Ramos do Ó – O ensino liceal no Estado Novo (p.7-31) – acentua, na linha da sua tese de doutoramento (*O governo de si mesmo. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal no último quartel do século XIX- meados do século XX*. Lisboa, Educa, 2003), a elitização, o controle, o papel dos reitores, a função dos professores, mas também o significado da presença de médicos e visitantes escolares dentro das portas dos liceus. O aparelho burocrático infernal criado, por exemplo, em torno dos Relatórios enviados pelos Reitores, obrigatórios e anuais, que contemplavam mais de 30 entradas, é uma das principais marcas de centralização e controle das elites aí formadas.

António Henriques assina o capítulo sobre “o ensino secundário” (p.33-50) centrando-se sobretudo nas mudanças curriculares e de conteúdos lecionados num grau unificado após a

“fusão” do ensino técnico com o ensino liceal, na sequência da filosofia reformadora pós 1973 (Veiga Simão) e mais acentuada depois de 1974. Enfoca a dificuldade de “identidade” deste ensino médio que viu-se *constrangido* a ressuscitar o ensino técnico-profissional após 1983, dando saída a uma diversidade de alunos que não pretendiam, na sua globalidade, ascender ao ensino superior. A escolaridade obrigatória até aos 18 anos legislada a partir de 2012, ainda mais veio acentuar uma necessidade de reformulação curricular e de conteúdos programáticos que o atual secretário de Estado da Educação (2024) veio prometer numa recente entrevista (setembro de 2024).

Os dois capítulos seguintes procuram focar-se sobre o ensino técnico: David Justino e Marina Peliz debruçam-se sobre “o ensino técnico profissional: das escolas técnicas ao ensino unificado” (p.51-71) e João Ferreira e Pedro Martins preferem “o ensino profissional: recuperar o tempo perdido” (p.73-92) acentuando o hiato desnecessário entre 1973 e 1989. Para além de dados quantitativos importantes que evidenciam a crescente atratividade deste subsistema ao longo do período do Estado Novo, no primeiro destes capítulos, dá-se ênfase particular à Reforma de 1947-1948, muitas vezes esquecida, mas um marco inovador mesmo dentro de uma política conservadora e avessa a grandes transformações na área educativa. Embora os autores defendam que “o fim do ensino técnico profissional não pode ser atribuído em exclusivo à responsabilidade dos governos provisórios e constitucionais do regime

democrático” (p. 71) é um facto que o hiato de mais de uma década (1973 a 1989) sem alternativa à formação de técnicos, teve custos importantes a curto e médio prazo no tecido económico. Só em 1988, com a criação do GETAP (Gabinete para a Educação Tecnológica, Artística e Profissional) o ensino profissional adquire dignidade no quadro do ensino secundário em Portugal. O artigo seguinte contempla sobretudo a comparação internacional (Gráfico 1 – Ensino profissionalizante na OCDE 2005 vs 2016, na p. 75), a expansão, o perfil dos alunos (Tabela 1 na p. 82) e a caracterização do tipo de alunos com as diferenças por género. A convivência, nem sempre fácil, entre o público e o privado merecem também uma atenção particular.

O volume termina com um texto sobre “Cem anos de Ensino Artístico nos Anuários Estatísticos e Estatísticas da Educação em Portugal (1875-1975)”, fruto de um olhar perspicaz e crítico de Helena Cabeleira. Fornece importantes dados sobre o papel e frequência dos Conservatórios de Música, as Academias e Escolas de Belas Artes, mas também o quantitativo de professores e as taxas de frequência e conclusão nas várias especialidades. Um tema importante, muitas vezes esquecido em obras mais generalistas.

O IV volume é integralmente dedicado ao ensino superior, universitário, politécnico e militar. Alberto Amaral, até há pouco tempo o presidente da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior em Portugal (A3ES), assina um capítulo sobre “o acesso ao ensino superior”. Destaca desde logo uma das marcas de maior sucesso em

Portugal (número de pessoas diplomadas) apontando “o crescimento lento entre 1925 e 1950, subindo o número de estudantes de 5 254 em 1925 para 9 666 em 1940 e 15 780 em 1950” (p.11), a subida entre 1950 e 1974 de 16 000 para cerca de 57 000 (p.13), a explosão na década de 1990 “passando de 131 000 em 1989/90 para cerca de 374 000 em 2000/01” (p.20)” e, podemos acrescentar, número que não cessou de aumentar até aos 446 028 de inscritos em 2022/23. Identifica o Banco Mundial e a OCDE como entidades cruciais no suporte a este crescimento, dedicando uma parte significativa à questão da “equidade no acesso” (p.24-29) e à feminização crescente na frequência.

Dando continuidade a este enfoque o artigo de António Magalhães – “50 anos de Ensino Superior Universitário” (p. 57-76) centra-se nos desenvolvimentos políticos e institucionais nos últimos 50 anos. Discorre sobre “a modernização socialista da Universidade” entre 1974-1976, refere-se ao período de 1976-1986 como de “normalização”, destaca a crescente autonomia (Lei de Autonomia das Universidades de 1988) a par de um modelo de supervisão estatal que vem a corporizar-se num novo regime jurídico das instituições do ensino superior em 2007, a par de um Processo de Bolonha que, ao ser implementado, obrigou a reformular cursos e processos pedagógico-didáticos ainda hoje à procura de uma melhor identificação com a filosofia subjacente a essa enorme mudança. Naturalmente a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino

Superior (A3ES) merece um registo particular face ao significado que assumiu na garantia de qualidade na reestruturação e funcionamento dos cursos.

Afonso Costa é autor de um capítulo sobre “o ensino superior no Estado Novo” (p.31-55) onde privilegiando as figuras dos vários ministros da educação, vai dando conta de algumas das suas ideias e propostas para este grau de ensino.

“O ensino superior: das escolas técnicas ao ensino politécnico” é o título do capítulo assinado por Cláudia Urbano (p.77-94). Situa este subsistema num quadro comparativo com a Europa acentuando o papel que pode e deve ter no quadro da formação de técnicos superiores para o tecido económico. Destaca o aumento exponencial de alunos desde meados do século XX, embora seja visível no gráfico que apresenta (p. 86) o extraordinário salto, também aqui, a partir de 1985/86. Apresenta dados de 2022 que “apontam para quase 50 000 inscritos pela primeira vez em cursos do 1º ciclo e mestrados integrados, dos quais 40% são em cursos do ensino politécnico” (p.88). Acrescenta que em 2023 “as instituições do ensino politécnico ofereciam quase 2 500 cursos, 75% dos quais no setor público” (p.89) e que “são 61 as instituições, 41 das quais privadas” (Idem). Estes números são suficientemente ilustrativos da importância (crescente) deste subsistema de ensino superior em Portugal.

João Vieira Borges é responsável pelo último capítulo desta obra que debruça-se sobre “o Ensino Superior Militar” (p. 95-109). Acentuando a

especificidade deste tipo de ensino, o autor divide-o num período anterior ao 25 de abril (intitulando-o de “educar e formar para combater”), as alterações que a Democracia veio trazer aos conteúdos e objetivos, à crescente aproximação às regras do ensino superior em Portugal, naturalmente com as mudanças impostas também no quadro da Reforma de Bolonha. A identificação de algumas das unidades curriculares aí lecionadas ajuda-nos a perceber a especificidade, mas também a necessidade, de uma formação superior para os quadros dos efetivos das forças armadas.

Em síntese, um conjunto de 4 volumes que em boa hora surgiram nos escaparates das livrarias portuguesas, com uma boa publicitação (e possibilidade de compra) num jornal diário de referência, tornando acessível ao grande público um conjunto de dados importantes para pensarmos a educação em Portugal, fugindo à ignorância das comparações apressadas dos adeptos de um passado que, também no caso da educação, não deixou saudades.

Luis Alberto MARQUES ALVES

*Centro de Investigação Transdisciplinar
Cultura, Espaço e Memória
(CITCEM-FLUP)*